Processo: TC 015.365/2008-3 (5 Vol.)
Apenso: TC 016.114/2006-1 (2 Vol.)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Prefeitura Municipal de Sousa - PB
Responsável: Salomão Benevides Gadelha
Interessado: Fundo Nacional de Saúde-MS

Proposta: Diligência.

DADOS GERAIS

Tipo do Instrumento de celebração: Transferência “fundo a fundo”
Objeto: Prestação de serviços e disponibilização de procedimentos médicos de Média e Alta Complexidade.
UG Concedente/Responsável: Fundo Nacional de Saúde - FNS
Órgão/Entidade Conveniente: Prefeitura Municipal de Sousa/PB
Responsável: Salomão Benevides Gadelha
CPF: 205.099.444-34
Cargo à época: Prefeito Municipal
Motivo da Instauração: Utilização indevida dos recursos repassados em investimentos, obras e equipamentos, contrariando o disposto no art. 2º da Portaria 2425/GM, de 30/12/2002, editada pelo Ministério da Saúde.

HISTÓRICO

Cuidam os autos de Tomada de Contas Especial resultante da conversão da Representação (TC 016.114/2006-1), em atendimento à determinação contida no subitem 9.2.2 do Acórdão 1.406/2007 - Plenário (peça 1, p. 14).

2. A TCE foi instaurada ante indícios de irregularidade na aplicação de recursos federais do Fundo Nacional de Saúde - FNS, repassados por meio de transferência "fundo a fundo" (mediante a Portaria 2.425/GM. de 30/12/2002) para o município de Sousa/PB, no exercício de 2005. Tais recursos deveriam ser aplicados em serviços e procedimentos médicos de média e alta complexidade, segundo consta da referida portaria ministerial. Desse modo, a prefeitura não estaria autorizada a aplicar os recursos em finalidade diversa da qual foram originalmente destinados, como fez indevidamente o ex-prefeito, Sr. Salomão Benevides Gadelha, ao construir um posto de saúde nos limites do município, no Distrito de Sorrilândia.

3. O responsável, Sr. Salomão Benevides Gadelha, foi citado por meio do Ofício 706/2008-TCU/SECEX-PB (peça 1, p. 34-35), de 1/7/2008, para apresentar alegações de defesa e/ou recolher aos cofres do FNS o valor de R\$ 113.580,92, equivalente ao valor original do débito (R\$ 76.673,00), atualizado até 1/7/2008. O ex-prefeito apresentou alegações de defesa à peça 4, p. 1-56, as quais foram refutadas por esta Unidade Técnica na instrução de peça 1, p. 41-48.
4. O Sr. Salomão Benevides Gadelha, por meio de seu procurador, apresentou requerimento complementar à peça 2, p. 13-22, solicitando, em síntese, a inclusão do Secretário de Saúde e da Construtora Rio Negro Ltda. no rol dos responsáveis arrolados neste processo, posto que esta foi responsável pela execução da obra em questão e aquele era o único responsável pelo ordenamento de despesa da Secretaria de Saúde, devendo, pois, constar como responsáveis solidários na citação a ser realizada.
5. Os novos elementos trazidos aos autos pelo Sr. Salomão Benevides Gadelha não foram capazes de elidir as irregularidades apontadas, modificando apenas o rol dos responsáveis, com a inclusão do espólio da Sra. Aline Pires Benevides, Secretária de Saúde à época do fato inquinado.
6. Dessa forma, foi procedida nova citação do Sr. Salomão Benevides Gadelha e do espólio da Sra. Aline Pires Benevides Gadelha, por intermédio de seu inventariante, respectivamente, mediante expedição dos Ofícios 0654 e 0655/2010-TCU/SECEX-PB, ambos de 1/6/2010 (peça 2, p. 46-47 e p. 48-89), com Avisos de Recebimento à peça 2, p. 50 e 51, sem, contudo, haver qualquer manifestação dos responsáveis nos autos.
7. Em 30/7/2010, o processo foi encaminhado para pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União – MP/TCU, que entendeu que a responsabilidade pelos danos provocados ao erário, constatados no processo em análise, devem recair não apenas sobre o ex-prefeito Municipal e a ex-Secretária-Municipal, mas também sobre a Construtora Rio Negro Ltda., bem como sobre o ex-secretário de Obras daquele município.
8. No tocante ao envolvimento da Construtora Rio Negro Ltda., o *Parquet* entendeu que os elementos constantes dos autos não permitem concluir que a obra foi de fato concretizada por essa empresa, e ressalta que a atenção deste Tribunal sobre a sua responsabilização deve ser redobrada ante os indícios de fraude apontados pela Polícia Federal como resultado da operação “Carta Marcada” realizada junto àquele município no exercício de 2005. Segundo divulgado na Internet, essa operação investigou, entre outras ocorrências, a realização de obras mediante o emprego de funcionários da própria prefeitura, quando deveriam ter sido realizadas pelas empresas contratadas para tanto.
9. Ressalta, ainda, a constatação da equipe de auditoria do SUS (peça 2, p. 55-64 e peça 3, p. 1-6), de que os serviços atribuíveis ao posto de saúde vêm sendo prestados pelo município em casa alugada e não no prédio construído com tal propósito. A razão disso é que a unidade em comento não possui instalações, estaria totalmente depredada e encontra-se abandonada.
10. A Construtora Rio Negro Ltda. pertencia ao Sr. Bertrand Pires Gadelha, cunhado do ex-prefeito, Sr. Salomão Gadelha, e ex-secretário de obras do Município. Segundo informações do MP/TCU, a empresa estaria envolvida não apenas em uma, mas em diversos casos de dispensa de licitação em municípios do estado paraibano, sendo que no município de Sousa sua contratação direta era a regra. Na época da operação “Carta Marcada”, o Sr. Bertrand Gadelha teria sido preso pela Polícia Federal, em função de fraudes praticadas em municípios paraibanos, na condição de proprietário da Construtora Rio Negro Ltda.

11. Desse modo, o Douto Ministério Público entendeu que o Sr. Bertand Gadelha, por ser, simultaneamente, secretário de obras municipais de Sousa/PB e dono da empresa contratada pelo município, deveria integrar o rol de responsáveis da presente Tomada de Contas Especial. Além disso, manifestou-se favorável à imputação de débito à Construtora Rio Negro Ltda. em solidariedade com os demais responsáveis, em virtude da ausência de elementos nos autos que permitam estabelecer o devidonexo de causalidade entre a efetiva construção do posto de saúde e a participação dessa empresa na realização da respectiva obra.
12. Nova situação jurídica de responsabilização pelo pagamento do débito foi gerada com o falecimento do ex-prefeito do Município de Sousa/PB, Sr. Salomão Benevides Gadelha, alterando fundamentalmente o desenvolvimento dos autos, haja vista que, até este momento, ele respondia não apenas por suas contas, mas também pelas contas de sua ex-esposa e ex-secretária Municipal de Saúde, Sra. Aline Gadelha, na qualidade de inventariante de seu espólio.
13. Desse modo, o MP/TCU opinou no sentido de que esta Secretaria de Controle Externo promovesse nova diligência junto à comarca competente do município de Sousa/PB, de forma a conhecer o inventariante do espólio do Sr. Salomão Gadelha, caso esse já tenha sido aberto, e, na sequência, promovesse sua citação, em caráter solidário com a Construtora Rio Negro Ltda. e com o ex-secretário de obras do município, Sr. Bertrand Pires Gadelha.
14. Diante dessa nova realidade, esta Unidade Técnica encaminhou o Ofício 144/2011-TCU/SECEX-PB, de 16/2/2011 (peça 3, p. 19), mediante o qual diligenciou a Comarca de Sousa/PB, solicitando informações acerca da existência de processo de inventário em nome da Sra. Aline Pires Benevides Gadelha e do Sr. Salomão Benevides Gadelha, com respectivo número do processo de inventariança e qualificação do inventariante, sucessores, herdeiros e legatários.
15. Na resposta encaminhada pelo Cartório de Distribuição da Comarca de Sousa, conforme Certidão à peça 3, p. 21, foi informado que o sistema de informática (SISCOM) constatou a distribuição de um inventário de número 0372007005395-6 à 4ª Vara, tendo como autor Francisco William da Silva Ramos e outros e inventariado Aline Pires Benevides Gadelha, tendo sido nomeado inventariante o Sr. Salomão Benevides Gadelha para prestar compromisso juntamente com as primeiras declarações de herdeiros e bens no prazo de 05 dias.
16. Entretanto, as informações acima não foram suficientes, tendo em vista que o inventariante nomeado, Sr. Salomão Benevides Gadelha, também já faleceu. Desse modo, foi realizada nova diligência, por intermédio do Ofício 596/2011-TCU/SECEX-PB, de 28/4/2011 (peça 3, p. 28), reiterando o conteúdo da anterior e ressaltando a morte do Sr. Salomão Gadelha.
17. A resposta ao Ofício 596/2011-TCU/SECEX-PB, de 28/4/2011 (peça 3, p. 28) encaminhou nova certidão emitida pelo Cartório de Distribuição da Comarca de Sousa/PB (peça 3, p. 31), desta feita informando que em consulta ao sistema de informática não foi constatada distribuição de inventário em nome de Salomão Benevides Gadelha nem em nome de Aline Pires Benevides Gadelha.
18. Em face do conflito de informações entre ambas as certidões emitidas pelo Cartório de Distribuição da Comarca de Sousa, foi elaborada nova diligência mediante envio do Ofício 806/2011-TCU/SECEX-PB, de 2/6/2011 (peça 3, p. 34-35), nos mesmos termos das diligências anteriores.

19. Em resposta ao Ofício 806/2011-TCU/SECEX-PB, de 2/6/2011 (peça 3, p. 34-35), foi encaminhada a documentação constante à peça 7, p. 3-62 e peça 8, p. 1-14. A nova certidão emitida (peça 7, p. 3) confirmou o equívoco entre as certidões anteriores e ratificou a presença de inventário em nome da Sra. Aline Pires Benevides Gadelha, informando que não há distribuição de processo de inventário em nome de Salomão Benevides Gadelha.

20. Conforme consta na documentação encaminhada em resposta ao Ofício 806/2011-TCU/SECEX-PB, de 2/6/2011 (peça 3, p. 34-35), em face da certidão de óbito do Sr. Salomão Benevides Gadelha, e existência de incapazes, o Exmo. Juiz de Direito em Substituição da 4ª Vara da Comarca de Sousa/PB deu vistas do processo ao Ministério Público em 5/5/2011.

21. Apesar das várias diligências encaminhadas à Comarca de Sousa/PB, as informações adquiridas ainda não são suficientes para sanar a lacuna processual existente quanto ao conhecimento do inventariante ou representante legal do espólio do Sr. Salomão e da Sra. Aline Gadelha, de modo a promover as respectivas citações. Desse modo, julga-se oportuno determinar a realização de nova diligência junto ao Cartório de Distribuição da Comarca de Sousa/PB, para que encaminhe informações atualizadas acerca da existência de processo de inventário em nome da Sra. Aline Pires Benevides Gadelha e do Sr. Salomão Benevides Gadelha.

22. Ademais, diante da informação de que o Juiz da 4ª Vara da Comarca de Sousa/PB deu vistas da certidão de óbito do Sr. Salomão Gadelha ao Ministério Público, em face da existência de incapazes como herdeiros, faz-se necessário diligenciar o Promotor de Justiça da Comarca de Sousa/PB, para que envie informações acerca do processo de inventário da Sra. Aline Pires Benevides Gadelha e para que informe se houve abertura do inventário do Sr. Salomão Benevides Gadelha, com respectivo número do processo de inventariança e qualificação do inventariante, sucessores, herdeiros e legatários.

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

23. Diante do exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo realizar diligência junto ao Cartório de Distribuição da Comarca de Sousa/PB e junto ao Promotor de Justiça da Comarca de Sousa/PB, nos termos dos arts. 10, § 1º, e 11, da Lei 8.443/92 c/c o art. 201, § 1º, do Regimento Interno, para que encaminhe, no prazo de 15 dias, contados a partir da ciência da comunicação, informações atualizadas acerca do processo de inventário aberto em nome da Sra. Aline Pires Benevides Gadelha (0372007005395-6), e para que informe se houve abertura do inventário do Sr. Salomão Benevides Gadelha e, caso positivo, encaminhe os seguintes dados:

- a) número do processo de inventariança;
- b) qualificação (nome completo, CPF e endereço) do inventariante e, caso este não tenha sido nomeado, informar a qualificação do administrador provisório do espólio;
- c) qualificação dos sucessores, herdeiros e legatários; e
- d) caso tenha havido a partilha, cópia da respectiva sentença.

À consideração superior.

SECEX-PB, 19/3/2012.

(Assinado Eletronicamente)
MANUELINA PORTO NUNES NAVARRO
AUGC - Matr. 7679-1